

PALAVRAS E OMISSÕES ÓA HETEROGENEIDADE EM TEXTO JORNALÍSTICO

Assunção Aparecida Laia Cristóvão¹

RESUMO: A forma de retratar a execução do terrorista Timothy McVeight, no primeiro ano do século XXI, pelas revistas *Isto É* e *Veja*, é o pano de fundo deste artigo, que objetivou mostrar as õpalavras e omissõesõ de uma cobertura jornalística típica do gênero reportagem de revista à luz do conceito de heterogeneidade de Jacqueline Authier-Revuz. O texto mostra duas formas diferentes, em certa medida opostas, de cobertura de um mesmo fato, quando a voz de seu personagem principal, ainda que de um terrorista, pode ser omitida em função do tema escolhido para ilustrar a reportagem.

Palavras-chave: jornalismo; revistas semanais; heterogeneidade.

Words and omissions- heterogeneity in journalistic texts

ABSTRACT: The background for this paper, which intended to show the õwords and omissionsõ of a journalistic cover typical of the magazine genre under Jacqueline Authier-Revuz' perspective of the concept of heterogeneity, is the form that the magazines *Isto É* and *Veja* dealt with the execution of the terrorist Timothy McVeight. The text shows two different, often opposite, ways of covering the same fact, when the voice of the main character, although a terrorist, can be omitted due to the theme of choice for the illustration of the report.

Keywords: journalism; weekly magazines; heterogeneity.

Out of the night that covers me
Black as the Pit from pole to pole
I thank whatever gods may be
For my unconquerable soul.

In the fell clutch of circumstance
I have not winced nor cried aloud.
Under the bludgeonings of chance
My head is bloody, but unbowed.

Beyond this place of wrath and tears
Looms but the Horror of the shade,
And yet the menace of the years
Finds, and shall find, me unafraid.

¹ Docente do curso de mestrado em Letras, área de Linguística, Universidade Vale do Rio Verde-UNINCOR. MG, Brasil. assuncao.cristovao@gmail.com

It matters not how strait the gate,
How charged with punishments the scroll,
I am the master of my fate
I am the captain of my soul.

(Henley, W. E., *Invictus*²)

No dia 19 de abril de 1995 um atentado terrorista causou a morte de 165 pessoas na explosão do edifício federal Alfred Murrah, em Oklahoma, Estados Unidos. Esse tinha sido o maior atentado terrorista até então em território americano.

O assunto, noticiado à exaustão na época, voltou a ser matéria jornalística no dia 11 de junho de 2001, dia da execução do terrorista Timothy McVeight, condenado à morte pelo atentado. Nos dias 11 e 12 de junho o fato foi noticiado em jornais de todo o mundo, em cobertura típica do jornalismo diário, aquele que mantém cobertura de acontecimentos recentes. Diferente foi a cobertura das revistas semanais, assim como no dia 20 de junho de 2001, domingo seguinte à execução, data de circulação das principais revistas semanais brasileiras. As revistas *Veja* e *Isto É* escolheram abordagens diferentes do fato, que pudessem constituir-se num assunto, como é próprio dos veículos de comunicação com essa periodicidade.

O texto jornalístico dessas revistas sobre a execução de McVeight é o *cópus*³ utilizado neste trabalho, que pretendeu identificar, nesses dois discursos, *vozes do outro*, no sentido de que as escolhas ou omissões de cada uma servem para corroborar o aspecto da notícia que seu autor deseja enfatizar. Nesse sentido, tanto o *dito* quanto o *não dito*, ou aquilo que o autor preferiu ocultar, possuem significado.

A escolha do discurso jornalístico para um estudo que consiste em localizar formas de *heterogeneidade mostrada*, tal como a concebeu Jacqueline Authier-Revuz, deu-se ao se considerar o jornalismo como um transmissor de enunciados alheios, portanto, um campo fértil de heterogeneidades *mostradas* do tipo *marcado*:

O jornal se apropria de enunciados de outros e produz o seu próprio, através da marca da objetividade ao usar a terceira pessoa. Esse uso predominante da terceira pessoa tende a

² In: Untermeyer, Louis. *Modern British Poetry*. New York: Brace and Howe, 1920; 1999: www.bartleby.com/103/

³ Usa-se, aqui, a grafia aportuguesada *cópus*, conforme prevêm PRADO, J. B. T. Por uma normatização ortográfica de palavras latinas incorporadas ao português. In: *Caderno de Letras da UFF*, n° 35 o Patrimônio cultural e latinidade (ISSN 1413-053X). Niterói (RJ) UFF-Instituto de Letras, 1º. sem. de 2008, pp. 37-48; e NEVES, M. H. M. O campus da discórdia. *Língua Portuguesa*, v. 31, pp. 56-59.

garantir uma estratégia de universalidade, de objetividade ao discurso. É o que Ducrot chama de polifonia ou pluralidade de vozes. O jornal produz enunciados através, ou a partir de outros enunciados, que são as fontes de informação, ou as pessoas envolvidas no fato narrado. (...) Não que ele não produza os dele, já que o jornal interpreta os discursos de origem, produzindo novos enunciados. Porém, ao interpretar, apaga as marcas da fala de sua fonte, para traçar a sua própria fala. (CARDOSO, 2001)

Entendido o discurso jornalístico como possuidor da característica apontada por Cardoso, buscar-se-á, portanto, nos textos das revistas *Veja* e *Isto É* do dia 20 de junho de 2001 (para formar um quadro sincrônico sobre a divulgação da execução de Timothy McVeigh), as formas de heterogeneidade mostrada, considerada por Jacqueline Authier-Revuz como um tipo de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva no texto, na qual o princípio da diferença entre o *ö* e o *ö* não é explicitado no discurso. O conceito de heterogeneidade constitutiva, desenvolvido por Jacqueline Authier-Revuz, é aquele em que se encontram as *ö* presentes no discurso e que, por oposição à heterogeneidade marcada, não possui marcas que possibilitem a sua identificação imediata, ou seja, na qual o princípio da diferença entre o *ö* e o *ö* não é explicitado no discurso. Serão buscadas, em especial, as formas de heterogeneidade mostrada do tipo marcada, ou seja, aquelas com marcas explícitas.

Pode-se relacionar também o conceito de heterogeneidade marcada com uma reafirmação consciente daquilo que, na heterogeneidade constitutiva, é inconsciente, sem se deixar de levar em conta a visão lacaniana da consciência como uma relação imaginária que o sujeito estabelece com o real.

Convém, ainda, chamar atenção para a proximidade do conceito de heterogeneidade, desenvolvido por Jacqueline Authier, com a noção de dialogismo de Bakhtin. A autora circunscreve num campo puramente linguístico um conceito que, em Bakhtin, possivelmente partiu da noção de polifonia desenvolvida inicialmente na análise literária da obra de Dostoievki e que depois ultrapassou os limites da análise literária para o campo linguístico e filosófico. Resta, ainda, lembrar a proximidade do conceito com o termo intertextualidade, também extraído da obra de Bakhtin, desta vez por Julia Kristeva.

Para Bakhtin, o diálogo é constitutivo da linguagem e de todo discurso, e se estabelece sempre entre enunciador e enunciatário, no espaço do texto. É como se no discurso, mesmo

naquele que se pretende original, houvesse, sempre, o atravessamento de outras vozes que não as do seu autor.

As particularidades das publicações semanais

Três pressupostos básicos orientam este trabalho: a de que o discurso não é autônomo, não é totalmente original e não é desprovido de valores, ainda que se esteja tratando do discurso jornalístico, e ainda que cada um dos pressupostos possa estar velado ou desconhecido para seu autor. O discurso jornalístico tem, aliás, a pretensão de ser exatamente o avesso desses pressupostos. Toda uma técnica foi desenvolvida buscando não apenas a objetividade, mas, mais do que isso, a própria anulação do sujeito. O discurso jornalístico padrão pretende-se autônomo porque acredita-se isento de outras vozes que não sejam aquelas que provocaram ou testemunharam o fato, visto como fenômeno neutro. Pretende-se original porque se baseia justamente na lei da informatividade, regulada pela transmissão de dados inéditos, e na exaustividade, que pressupõe a apresentação das características mais fortes e mais marcantes do fato. Como diz Fiorin, referindo-se à lei da exaustividade, ã...não se pode, quando se quebrou um objeto, dizer apenas que ele caiu (FIORIN, 1999: 34). O texto jornalístico pretende-se, ainda, isento de valores, e contribui para isso uma vasta técnica de levantamento, apuração e de estruturação do texto informativo, que se utiliza da restrição lexical e até de normas éticas como ã sempre ouvir os dois lados ã para a composição do seu discurso. O ponto máximo dessa técnica é o *lead*, ou lide, que prevê no primeiro parágrafo de uma notícia a resposta às perguntas *o quê? quem? quando? onde? e por quê?*. Os manuais de redação dos diferentes veículos de informação são o mais claro exemplo da tentativa de construção de um modelo padrão de texto que busque a objetividade e a imparcialidade, ainda que haja pequenas distinções sobre detalhes desse modelo padrão entre veículos da mesma natureza.

As maiores distinções do modelo ocorrem menos entre dois jornais nacionais diário, por exemplo, e mais entre os diversos gêneros do discurso jornalístico num mesmo jornal (editorial, reportagem, notas, perfil, etc), ou entre um tipo e outro de mídia. Assim, um texto para televisão tem características próprias e diferentes do texto de rádio, jornal, revista semanal, *internet* ou de qualquer outro informativo.

A técnica ou um modelo narrativo específico, porém, não aprisiona os sentidos e os valores, que se revelam sempre, qualquer que seja o veículo ou o gênero escolhido. A técnica

também não é garantia da não manipulação da informação, ademais, como qualquer produto derivado de mãos e mentes humanas. E uma das formas de manipulação é a fragmentação da notícia, muitas vezes inevitável no jornalismo diário.

A produção fragmentada de notícias (...) é uma técnica também mercadológica. Opera-se, nesse caso, a desvinculação da notícia com o seu fundo histórico e social e, como um dado solto, independente, ela é colocada no mercado de informação; são destacados aspectos determinados (o sensacional, a aparência de valor de uso) e outros permanecem em segundo plano. Como os demais produtos do mercado, ela deixa de transmitir em seu corpo um processo de trabalho. Torna-se uma coisa jogada no mundo, um fato sem origem e sem vinculação com nada. A informação reificada é o correspondente jornalístico do fetichismo geral da mercadoria no mundo de produção capitalista. (MARCONDES FILHO, 1989: 41)

Essa fragmentação do real é, desde há muito, uma característica indesejável de um modelo que peca por suas próprias virtudes: a rapidez da informação tem como seu lado negro a pressa; o conhecimento de todos os aspectos de um fato limitado a um período de tempo escamoteia a visão do geral; a informação dirigida a um público muito heterogêneo exige uma simplificação e uma normatização do léxico mesmo para o tratamento de assuntos que exigiriam certa complexidade ou o uso de termos técnicos ou específicos.

As publicações que fogem da periodicidade diária seriam, em tese, um espaço para o tratamento mais rigoroso da notícia. Como suportes de tipos diferenciados do gênero jornalístico, as revistas semanais podem escapar da neutralidade do texto jornalístico padrão com o objetivo de diferenciarem-se do noticiário diário, incluindo, no texto sobre o fato, ou sobre uma abordagem nova do fato, opiniões, julgamentos, ironias, jogos de palavras, títulos espirituosos e outros artifícios textuais que denotem qualidades como inteligência, aprofundamento, crítica embasada.

No plano estilístico, ainda, as revistas, se comparadas a jornais, por exemplo, são menos formais e objetivas. As publicações semanais podem optar por um texto mais solto, descontraído, às vezes divertido, irônico, mais leve em algumas seções do que em outras.

A prática da leitura de revistas leva a constatações como essas, extraídas de um depoimento de Vilas Boas (1996):

O estilo gráfico e a linguagem tendem para uma gramática própria do gênero revista. Na escolha dos significados, além do habitual estilo formal-coloquial do jornalismo, a revista

toma expressões da literatura e as transpõe para o uso corrente. Da mesma forma o faz com expressões populares (jargões, neologismos, coloquialismos etc.). (VILAS BOAS, 1996, pp. 71-72)

Com um tempo disponível superior ao do jornal diário, TV e *internet*, seriam possíveis, ainda, uma apuração mais bem feita, inclusive de bastidores, pesquisas sobre o assunto ou sobre suas ramificações, realização de pesquisas de opinião, repercussões do caso, tratamento gráfico apurado, a instauração do jornalismo investigativo etc.

Esse seria o caso das revistas semanais que, no Brasil, seguem de perto o modelo gráfico e editorial da *Times* norte-americana, que se revelou tendência internacional inclusive na forma de abordagem dos assuntos da semana, ao perderem o *status* de *fato* para se constituírem em *temas*. Esse tipo de gênero jornalístico, por conta de suas especificidades, permite-se escapar da neutralidade do *lead* com o objetivo de diferenciar-se do noticiário diário, incluindo, no texto sobre o fato, ou sobre uma abordagem nova sobre o fato, opiniões, julgamentos, ironias, jogos de palavras, títulos espirituosos e outros artifícios textuais que denotem qualidades como inteligência, aprofundamento, crítica embasada.

Esse modelo, além de driblar a expectativa do público por informações sempre novas ó no caso das revistas semanais a novidade está, justamente, nas informações acessórias, de bastidores e na apuração diferenciada ó tem a pretensão de resolver problemas como os da notícia fragmentada, já que é possível uma abordagem mais completa do assunto.

Outra diferença importante é que, ao adotarem uma liberdade maior em relação ao texto jornalístico padrão, as revistas semanais são mais comprometidas ideologicamente em todo o seu noticiário, não se limitando aos espaços editoriais para a divulgação explícita dos seus princípios; explícita porque nos jornais diários essa característica pode também aparecer, de forma velada, sob assinatura de terceiros ou ainda por outros mecanismos.

Com tais considerações, pode-se passar agora às matérias sobre a execução de Timothy McVeigh, conforme veiculadas naqueles dois periódicos semanais, para mostrar como elas utilizam os mesmos dados, os mesmos fatos e as mesmas pesquisas para apresentar sentidos não apenas diferentes mas, em certa medida, opostos.

Isto É

Barbárie contra Barbárie, este foi o título escolhido pela revista *Isto É*, do dia 20 de julho de 2001, para tratar da execução do terrorista Timothy McVeigh. O subtítulo, ou *linha fina*, como é chamado no jargão jornalístico, era *Execução do terrorista Timothy McVeigh reacende debate sobre a pena de morte em regimes democráticos*.

A revista dedicou ao assunto três páginas que, de alguma forma, refletem o que o título resume: o ato terrorista foi uma ação bárbara, assim como a pena de morte. Para corroborar essa linha de pensamento, a *Isto É* utiliza-se de uma somatória de dados de pesquisas de opinião, de fatos acontecidos na ocasião ou da história recente dos Estados Unidos, como se pode constatar no excerto a seguir:

Dos 50 Estados americanos, apenas 13 não preveem a pena de morte. [...] E o apoio à pena de morte vem caindo: há cinco anos, 77% dos americanos eram favoráveis a ela; hoje, segundo uma pesquisa da ABC News, esse número caiu para 63%. [...]

Ao mesmo tempo que isso ocorria [a execução], era conferida outra distinção a McVeigh: a de ser o primeiro prisioneiro federal executado desde 1963. Uma ironia do destino, talvez, já que isso ocorre durante a presidência de George W. Bush, que quando era governador do Texas levou a pena de morte a paroxismos, assinando 152 execuções em menos de oito anos, tanto que ficou conhecido como *ôgovernador da morte*. [...]

O sentimento de rejeição à pena capital foi claramente expresso pela União Europeia, que unanimemente condenou a execução e a manutenção da pena de morte nos Estados Unidos. Para constrangimento do presidente americano, que embarcou em sua primeira peregrinação à Europa um dia depois de McVeigh ter sido cremado e suas cinzas espalhadas em lugar não revelado. A *efígie* de Bush também seria incinerada por manifestantes nas cidades europeias por onde ele passou. Igualmente chamuscada ficaria a autoimagem americana de campeões dos direitos individuais. Ponto póstumo para McVeigh, que justificou sua violência como ato de guerra contra o governo totalitário de seu país.

A revista contrapõe dois discursos para, novamente, reafirmar a postura de que pena de morte não é solução para o crime cometido por McVeigh. Ela utiliza uma fala do presidente Bush e outra de Paul Howell, parente de uma das vítimas:

O presidente George W. Bush declarou que a execução poderia fechar uma das páginas mais infames da história do país e terminar com a angústia dos sobreviventes e parentes

das vítimas. Mas, como lembrou Paul Howell, 64 anos, pai de Karen Shepard, que morreu aos 27 anos, mutilada na explosão: “Não se encerra uma tragédia como esta.”

Para corroborar o argumento de que a morte não concluía tudo, acrescentou o jornalista Osmar Freitas Jr., que assinou a matéria: “Nem sequer conseguiram fechar os olhos do condenado.”

A execução, explorada pela imprensa na época, provou um exemplo de intertextualidade nos discursos jornalísticos em geral, e também na reportagem da revista *Isto É*. Ao morrer, McVeigh não fechou os olhos, como se esperava. Morreu “de olhos bem abertos”, disseram, unânimes, a *Isto É* e o jornal *Folha de S. Paulo* na ocasião, em clara referência ao filme *De olhos bem abertos*, de Stanley Kubrick. Ainda que não fizessem referência ao filme, outros jornais citaram o fato. O jornal *O Estado de São Paulo* menciona o relato de uma testemunha, fotografada imitando a expressão de McVeigh no momento da morte.

A revista *Isto É* não apenas faz referência a esse fato na abertura da matéria “Timothy J. McVeigh morreu de olhos bem abertos, mas inconsciente”, - mas também o rememora no corpo do texto: “Assim, na morte, os olhos arregalados, ‘encarando’ as dez testemunhas, escolhidas entre sobreviventes e parentes, não estavam no programa.”

A revista *Veja*, entretanto, não cita o incidente, assim como outros detalhes do dia da execução, utilizada apenas como pano de fundo para a discussão de um outro tema. *Veja* também não se concentra, como *Isto É*, nas “trapalhadas” do FBI na captura e na apuração da culpabilidade de McVeigh, durante o processo que culminou com sua execução.

Com o intertítulo *Trapalhadas do FBI*, a revista *Isto É* ocupa quase meia página para descrever os percalços e as gafes da polícia americana “que prendeu o terrorista por um mero acaso” responsável até por muitos adiamentos de sua execução e vítima de uma manipulação por McVeigh que, afinal, decidiu antecipar o momento de sua morte, recusando-se a pedir novas apelações à Suprema Corte norte-americana.

Veja

As abordagens descritas até aqui não mereceram da *Veja* um grande destaque. A revista, por exemplo, não fornece as informações da captura e do processo criminal que culminou com a sua execução, a não ser por este pequeno trecho: “McVeigh foi preso casualmente dias depois [do atentado], por violação de regras do trânsito. A polícia, que caçava o responsável pela explosão, desconfiou dele e por fim sua culpa foi comprovada”.

A tônica da reportagem de *Veja* é o desvendamento da mente de um assassino, em seu aspecto psiquiátrico. Sob o título *A cabeça do assassino* (que permite duas possibilidades de significação: a de cabeça no sentido de mente e no sentido extraído da expressão “querer a cabeça de alguém”) e o subtítulo *O que levou Timothy McVeigh a cometer o maior atentado da história dos Estados Unidos*, a revista revela facetas da infância e da juventude do acusado, revelando-o não como um louco mas como um assassino. *Veja* escolheu essa tônica para tratar o assunto por considerá-la a mais marcante do caso, deixando explícito um posicionamento ideológico da revista.

O fim da história de Mc Veigh deixa algumas evidências de arrepiar os americanos. A mais marcante de todas é que o maior terrorista da história dos Estados Unidos não era louco. John Smith, psiquiatra que o examinou na prisão, concluiu que ele não sofria de nenhuma patologia clínica. Racista, obsessivo, fanático, frio e calculista, sim. Mas louco, não.

Mais adiante, porém, *Veja* vai usar termos do universo semântico da psicanálise a fim de referir-se a patologias psiquiátricas para referir-se a alguns comportamentos de McVeigh ou de grupos com os quais ele se identificava, como nas passagens a seguir (em que se optou por grifar tais termos):

Mergulhou então no mundo de peculiar **delírio** ideológico em que vivem os extremistas.

“Um homem armado é um cidadão, um homem desarmado é um súdito”, costumava repetir McVeigh. O estado de **paranoia** entre a extrema direita americana é tão grande que muitos acreditam numa conspiração do governo federal com a ONU para desarmar a população e privar os americanos de liberdade.

Ele se considerava soldado numa batalha que só existia **dentro de sua cabeça**.

A mente de um assassino é um quebra-cabeça que desafia os psiquiatras. A teoria é que eles agem movidos por **sombrias obsessões**. Para compreendê-las é preciso procurar pistas em suas **fantasias**.

A revista retrocede então à infância de McVeigh, classificando-a como infância banal, cujo único transtorno foi o divórcio dos pais. A partir daí, acompanha a trajetória do menino tímido e magro que, por ser atormentado pelos colegas, passa a praticar musculação e descobre a paixão pelas armas que irá acompanhá-lo até sua morte.

Enquanto a *Isto É* usa a pesquisa da ABC News para mostrar que em cinco anos o apoio à pena de morte caiu de 77% (número de americanos que lhe eram favoráveis) para 63%, *Veja* limita-se a ressaltar que a maioria deles desejou a execução, sem citar a pesquisa. A revista inicia a matéria, assinada por Cristiano Dias, desta forma:

Depois de um curto adiamento ocorreu a desejada, pela maioria dos americanos, execução de Timothy McVeigh, autor do atentado que matou 168 pessoas e deixou 700 feridos na cidade de Oklahoma, em 1975.

E encerra assim:

Tomou sorvete de menta como última refeição e dormiu até a hora da execução. Seu sonho era tornar-se um mártir e inspirar outros fanáticos da extrema direita. Os americanos respiram aliviados com sua morte.

Conclusão

As definições de heterogeneidade constitutiva e marcada feitas por Jacqueline Authier-Revuz poderiam ser inseridas numa escala gradativa que começaria na heterogeneidade constitutiva, passando pela forma não marcada de heterogeneidade mostrada, indo, finalmente, até sua forma marcada. É como se, ideologicamente, a heterogeneidade marcada fosse a materialização, no discurso, da heterogeneidade constitutiva.

Se relacionarmos a heterogeneidade constitutiva com aquela em que a revelação de *outras vozes* no discurso se dá de forma inconsciente para o sujeito enunciador, ou aquela na qual há um esquecimento do sujeito sobre os sentidos do seu dizer, poderíamos chegar às formas marcadas de heterogeneidade, relacionando-as às aquelas mais conscientes.

Face ao isso fala da heterogeneidade constitutiva responde-se através do como diz o outro e se eu posso dizer da heterogeneidade mostrada, um eu sei o que eu digo, isto é, sei quem fala, eu ou um outro e eu sei como eu falo, como utilizo as palavras. (AUTHIER-REVUZ, 1990: 28)

Authier alerta, entretanto, para que

As formas marcadas de heterogeneidade mostrada representam uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação da heterogeneidade constitutiva: elas constroem no desconhecimento desta, uma representação de enunciação, que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido.

Assim essa representação de enunciação é igualmente constitutiva em um outro sentido: além do eu que se coloca como sujeito de seu discurso, por esse ato individual de apropriação que introduz aquele que fala em sua fala, as formas marcadas de heterogeneidade marcada reforçam, confirmam, asseguram esse eu por uma especificação de identidade, dando corpo ao discurso e pela forma, pelo contorno, pelas bordas, pelos limites que elas traçam e dando forma ao sujeito enunciador e pela posição e atividade metalinguística que encenam. (AUTHIER-REVUZ, 1999)

Para Authier, as formas de incluir o *outro*, de recortar seu discurso, de delimitá-lo, de valorizá-lo mais ou menos, tudo isso define o *eu*. No caso das revistas semanais e, de resto, dos veículos de comunicação tomados individualmente, esse *eu* poderia ser comparado à própria imagem criada pelo veículo para ser reconhecido, o próprio projeto que cada um quer para si, que o identifique com seu leitor. Tomando-se grosseiramente o discurso jornalístico como um gênero único e já que ele é composto por uma diversidade de gêneros e esse *eu* seria o *estilo* pelo qual o jornal ou a revista quer ser reconhecido e que está manifesto em seu projeto gráfico, em seu projeto editorial, na lógica do mercado no qual se insere, nas *vozes* escolhidas para compor cada parte do seu texto e até nas omissões dessas *vozes*.

Visto dessa maneira, *Veja* e *Isto É* utilizaram-se da escolha de vozes e de omissões, muitas vezes as mesmas em ambos os casos, mas provocaram sentidos diferentes. Para a *Isto É*, a pena de morte é sinal de barbárie, da não civilização, do *olho por olho, dente por dente*. Para *Veja*, a punição máxima aplicada a McVeigh tem justamente a motivação contrária: foi fruto da civilização, da democracia, do desejo da maioria dos norte-americanos.

Timothy McVeigh decidiu não fazer nenhuma declaração antes de morrer, direito que a lei lhe garantia. Em vez disso, distribuiu às testemunhas de sua morte cópias do poema *Invictus*, do poeta inglês William Ernest Henley. Jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* escolheram divulgar os dois últimos versos do poema, os mais conhecidos, omitindo o seu conteúdo total. Foi também a atitude adotada por *Isto É*. *Veja* simplesmente omitiu o fato e o poema. Mas todos os veículos citados omitiram a sua íntegra.

Foi citando seus últimos versos, e utilizando outro exemplo de interdiscursividade e intertextualidade, conceitos que embutem o de heterogeneidade, que a revista *Isto É* encerrou sua matéria sobre a execução de McVeigh, morto aos 33 anos, provocando um viés em paralelo com a crucificação de Jesus Cristo:

Morreu crucificado numa mesa deixando o poema *Invictus*, de William Ernest, como últimas palavras. Um dos trechos diz: “Sou o mestre de minha sina/O capitão da minha alma.” Passará à História apenas como um assassino. O oposto do que ocorreu com um personagem célebre crucificado aos 33 anos, cujas palavras finais foram: “Pai, perdoai-os, eles não sabem o que fazem.” (ISTO É, 2001, p. 98)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. ORLANDI, Eni Pulcinelli e GERALDI, João Wanderley (orgs). Campinas: n.19, 1990.

AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade expressa e heterogeneidade constitutiva*: elementos para uma abordagem do outro no discurso. DRLAV 26. Paris, Centre de Recherches de l'Université de Paris VIII. pp. 91-51 (1982) Traduzido por Sandra Diniz Cosata ó Uberlândia, Minas Gerais.

CARDOSO, Darlete. Considerações sobre a linguagem como ciência em suas relações com o jornalismo. *Linguagem e Discurso*, vol. 1, nº 1, dez. 2000. <http://visão.unisul.br/linguagem/revista/0101/06.html> (versão *on line*).

DIAS, Cristiano. *A cabeça do assassino*. *Veja*, 20/06/2001. pp. 52-3.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

FREITAS JR., Osmar. *Barbárie contra Barbárie*. Isto É, 20/06/2001. pp. 96-8.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia ó Jornalismo como produção social de segunda natureza*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

VILAS BOAS, S. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

Recebido em 16 de abril de 2013.

Aceito em 14 de agosto de 2013.